

História e historiografia, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais: uma abordagem deontológico-epistemológica e teórico-metodológica¹

João Paulo Avelãs Nunes

DHEEAA/FLUC e CEIS20/UC

jpavelas@fl.uc.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 01/04/2017

Texto aprovado em/Text Approved on: 08/06/2017

Resumo

Viso, neste artigo, identificar e caracterizar as principais concepções hoje existentes, por um lado, sobre história, arqueologia e história da arte; por outro, acerca de património cultural e museologia. Isto é, pretendo chamar a atenção para as diversas correntes historiográficas; para o património cultural e a museologia tradicionais (paradigma moderno), o novo património cultural e a nova museologia (paradigma neo-moderno), o património cultural e a museologia pós-modernos (paradigma pós-moderno). Afirmo, em seguida, a particular eficácia dos pressupostos e das práticas associados à história nova, ao novo património cultural e à nova museologia, quer em termos da regionalidade cultural, quer numa perspectiva mais ampla e transversal do correlacionamento daquela com outros vectores da realidade social global (lazer e turismo, desenvolvimento local e regional).

Palavras-Chave: Historiografia, Património Cultural, Museologia, Turismo, Lazer

Abstract: It is my purpose, with this paper, to identify and characterise the main current conceptions, on the one hand of history, archaeology and art history, and on the other hand of cultural heritage and museology. Therefore, I wish to highlight the different currents of historiography; the traditional cultural heritage and museology (modern paradigm), the new cultural heritage and the new museology (neo-modern paradigm), the post-modern cultural heritage and museology (post-modern paradigm). This is followed by the assumptions and practices associated with the new history, the new cultural heritage and the new museology, whose specific efficacy I underline in terms of cultural regionality and, from a broader and cross-cutting perspective, of the correlation between the latter and other vectors of the social reality overall (leisure and tourism, local and regional development).

Key-words: Historiography, Cultural Heritage, Museology, Tourism, Leisure

¹ Artigo elaborado a partir da comunicação apresentada na II Conferência Internacional de Turismo & História (Faro, 10/03/16). Projecto apoiado pelo CEIS20/UC (UID/HIS/00460/2013), Unidade de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal.

Introdução²

Proponho-me, neste artigo, identificar e caracterizar as principais concepções hoje existentes, por um lado, sobre historiografia (história, arqueologia e história da arte); por outro, acerca de tecnologias derivadas como o património cultural e a museologia, o lazer e o turismo culturais. Isto é, chamo a atenção para as diversas correntes historiográficas; para o património cultural e a museologia tradicionais (paradigma moderno), o novo património cultural e a nova museologia (paradigma neo-moderno), o património cultural e a museologia pós-modernos (paradigma pós-moderno). Afirmo, em seguida, a particular eficácia dos pressupostos e das práticas associados à história nova, ao novo património cultural e à nova museologia, quer em termos da regionalidade cultural, quer numa perspectiva mais ampla e transversal do correlacionamento daquela com outros vectores da realidade social global.

Face ao esforço de renovação deontológica e epistemológica, teórica e metodológica ocorrido na historiografia e em outras ciências sociais (antropologia e sociologia, economia e geografia, linguística, etc.) desde a década de 1930, depois do fim da Segunda Guerra Mundial passaram a defender-se as vantagens de as iniciativas de patrimonialização consistirem no esforço de divulgação de resultados de processos de debate cultural (estético, filosófico e cívico) e de investigação científica. Dessa opção resultou a possibilidade de questionar as categorias de memória colectiva e de identidade histórico-cultural, de ampliar drasticamente o universo do que é patrimonializável e passível de ser usufruído enquanto tal, de complexificar e diversificar as estratégias comunicacionais associadas a iniciativas — temporárias ou permanentes — de patrimonialização (caracterização e contextualização, conservação e reabilitação, reutilização ou monumentalização e musealização).

Coloco, também, a hipótese de em Portugal ser ainda bastante precária, no universo do lazer e do turismo, a capacidade instalada de conhecimento sobre as, de intervenção nas e de rentabilização das actuais potencialidades e limitações dos sectores da investigação em historiografia e noutras ciências sociais, do património cultural e da museologia. Simetricamente, tanto os especialistas naquelas áreas como os dirigentes políticos desvalorizariam a importância de a historiografia e outras ciências sociais

² Cfr., entre outros, J. Alfrey (1992); J.-Y. Andrieux (1992); G. Bourdieu (1990); F. Catroga (2001); C.O. Cluzeau (1998); C. Fortuna (2013); X. Greffe (1990); M. Guillaume (2003); J.P.A. Nunes (2013a; 2013b; 2015a; 2016); R. Prentice (1995); M.L.L. Santos (1988); M.L.L. Santos (1998).

gerarem tecnologias operatórias, de o património cultural e a museologia intervirem, também transversalmente, com o propósito de promover o desenvolvimento integrado e sustentável — para já não referir o aprofundamento da democracia.

Proponho, assim, que o sector económico do lazer e do turismo tem todo o interesse em aceder a mais informação sobre a situação actual da historiografia e de outras ciências sociais, de tecnologias como o património cultural, a museologia e a cultura organizacional; em intervir mais em projectos de patrimonialização, de gestão e programação de património cultural (material e imaterial; imóvel, integrado e móvel); em procurar influenciar a estruturação e a concretização das políticas culturais. Caso venha a ocorrer, um tal maior envolvimento acarreta a ampliação da capacidade de resposta por parte dos produtores de investigação científica e tecnológica; das entidades tutelantes de “centros históricos” e de “organizações com história”, de monumentos e museus, de conjuntos de vestígios potencialmente patrimonializáveis. Implica, por outro lado, o reforço dos mecanismos de reflexão deontológica, de explicitação de objectivos e de regulação de interesses.

A título meramente ilustrativo, evoco alguns exemplos concretos. Destaco, em primeiro lugar, o estudo e a patrimonialização de vestígios da cultura material contemporânea, habitualmente designados como património industrial. Refiro, ainda, o estudo e a reabilitação de “zonas históricas” das cidades, muitas vezes afectadas por fenómenos de especulação, negligência e desperdício de recursos. Considero, também, a cultura organizacional, quase sempre informal ou estruturada ignorando a história e os vestígios ou o património de instituições públicas e de organizações privadas. Lembro soluções museológicas como os projectos de investigação fundadores de exposições temporárias, as reservas museológicas e os laboratórios de conservação, os *ateliers* de tecnologias museográficas e os serviços de relações públicas, os museus de sítio e os museus policentrados com centros de interpretação, os ecomuseus e os parques museológicos.

Historiografia, tecnologias derivadas e dilemas deontológicos³

Tendo, em abstracto, por objectivo essencial contribuir para um conhecimento mais aprofundado da evolução das sociedades humanas no espaço e no tempo, a

³ Cfr., nomeadamente, J.P.A. Nunes (2006); J.P.A. Nunes (2007); J.P.A. Nunes (2015b); J.P.A. Nunes (2016).

historiografia deveria manter-se afastada de todo e qualquer labor intelectual de cariz tecnológico, vocacionado para a reflexão sobre modalidades de intervenção na realidade baseadas em conhecimento científico e, ainda, para a transformação de determinados segmentos da realidade em algo diferente. À semelhança do que se passaria com as ideologias, as preocupações tecnológicas limitariam, pois, a autonomia e a operatividade da ciência.

Algo contraditoriamente, no entanto, dos pressupostos do paradigma moderno enquanto cientismo decorreria, também, que as conclusões absoluta e definitivamente correctas das ciências — porque racionais e experimentais, objectivas e neutras — deveriam estar na base, quer “da ideologia verdadeira”, quer de saberes e de soluções tecnológicos eficazes. Nesse sentido, uma vez alcançados num contexto de total imparcialidade, os resultados do labor historiográfico teriam de ser adoptados como vectores estruturantes, tanto “do modo correcto” de encarar a estruturação e o governo das sociedades humanas, como da memória e da identidade histórico-cultural, do ensino e da divulgação da História, do património cultural e dos museus.

Por sua vez, segundo os defensores do paradigma pós-moderno, excepção feita às parcelas de conhecimento que emanam de posturas epistemológicas, teóricas e metodológicas empiristas e de base matemática — no caso da historiografia a nova história económica —, seria impossível separar ciência, ideologia e tecnologia. A generalidade da produção intelectual deveria, assim, encarar-se e apresentar-se como meras narrativas a pretexto da realidade com propósitos de entretenimento, de captação de apoios e/ou de control social. Face à impossibilidade de conhecer globalmente a natureza e as sociedades humanas, grande parte das tentativas para alterar substancialmente as mesmas resultaria em situações de violência e de degradação dos equilíbrios pré-existentes.

Fruto de abordagens menos essencialistas e, ao mesmo tempo, menos relativistas, o paradigma neo-moderno advogaria que, sendo embora categorias teóricas com características diferentes, no plano concreto ciência, ideologia e tecnologia não podem deixar de estar simultaneamente presentes nas mundividências dos investigadores. Caberá aos mesmos adoptar as estratégias — epistemológicas, teóricas e metodológicas — mais adequadas para assegurar o correlacionamento mais operativo entre ideologia e ciência, para avaliar a operatividade das reconstituições e das análises aventadas em

debate com os seus pares e com a comunidade em geral, para garantir que as potenciais vantagens de ligações bilaterais entre ciência e tecnologia não são substituídas pelos riscos correspondentes.

É possível identificar várias áreas tecnológicas que decorrem ou que ganhariam em estabelecer vínculos com a historiografia na qualidade de uma das ciências relevantes para a construção das soluções de intervenção a adoptar, bem como para a contextualização dos propósitos a atingir. Elencamos, nomeadamente, a didáctica da História e a divulgação historiográfica, a animação cultural e a produção de conteúdos multimédia, o património cultural e a museologia, o turismo e o lazer culturais, a cultura organizacional e o *marketing*/a publicidade, a gestão urbanística e o planeamento do território.

Concepções de património cultural e de museologia⁴

Desde o início da época contemporânea (na Holanda e em Inglaterra primeiro, nos EUA e em França depois) até ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial, foram hegemónicos os ideários e as práticas que hoje designamos como o património cultural e a museologia tradicionais. Integram estas configurações de ambas as tecnologias o paradigma moderno, ou seja, pressupõem que a ciência e a tecnologia são superiores aos outros saberes porque produzem conhecimento absoluta e permanentemente verdadeiro; que a gestão dos recursos naturais e a governação das sociedades deve resultar directamente da concretização das “descobertas da ciência”; que a consolidação dos cientismos permitirá a superação de muitos dos problemas que afectam as sociedades humanas.

Estiveram, igualmente, na origem das noções e das actuações fundadoras do património cultural e da museologia. Procuraram demonstrar a especificidade, a ancestralidade e a continuidade de cada identidade nacional (supostamente comprovada por intermédio dos monumentos e dos objectos salvaguardados em arquivos e museus); a particular e óbvia relevância das manifestações mais geniais da produção cultural erudita (os vestígios arqueológicos, da arte pré-contemporânea, antropológicos, da “história natural”), necessariamente classificados como património cultural; a posição

⁴ Cfr., entre outros, E.P. Alexander (1993); J.M.B. Brito (2002); C. Fortuna (2002); A. Gob (2003); F. Jameson (1991); J.P.A. Nunes (1996); J.P.A. Nunes (2015a; 2016); M.B. Rocha-Trindade (1993); G. Vattimo (1987); P. Vego (1989); K. Walsh (1992).

relativa dos vários Estados-Nação na hierarquia dos países participantes da “Civilização Ocidental” (mensurável, também, a partir da quantidade e da qualidade do património cultural acumulado e apresentado); a natural superioridade dos indivíduos e dos grupos sociais responsáveis pela produção cultural erudita e capacitados para a fruição do património cultural (as elites do passado e do presente).

Pouco depois do final do conflito de 1939-1945, nos países desenvolvidos e com regimes democráticos ou demo-liberais abertos, os defensores do novo património cultural e da nova museologia passaram a denunciar a natureza restritiva e fortemente instrumentalizada das perspectivas até então dominantes (em graus diferentes consoante se tratava de sistemas políticos liberais conservadores ou autocráticos, demo-liberais ou autoritários, totalitários ou democráticos). Participando do então ainda embrionário paradigma neo-moderno, as novas concepções e actuações surgiram no rescaldo dos extremos de violência verificados durante a Segunda Guerra Mundial, fruto da eficácia mobilizadora de tecnologias sociais colocadas ao serviço de ideologias ultra-nacionalistas e darwinistas sociais genocidárias.

Focaliza-se a atenção no caracterizar do conhecimento científico, afirmando-se a sua natureza potencialmente objectivante mas parcelar, temporária e socialmente condicionada. Reconhecem-se as virtualidades dos saberes tecnológicos, mas, também, as limitações da aplicação dos mesmos à qualificação das decisões a tomar no âmbito da gestão dos recursos naturais e, sobretudo, da governação das sociedades humanas. Duvida-se que, no médio ou no longo prazos, seja possível superar grande parte dos problemas que afectam as sociedades humanas; que a humanidade evolua teleologicamente no sentido de um qualquer “fim da história”. Aposta-se, assim, na conjugação entre ciências, tecnologias e outras modalidades de reconstituição, interpretação e intervenção na realidade; numa lógica de questionamento, quer de certezas e de dúvidas absolutas, quer de mecanismos de auto-sacralização e de heterodiabolização.

O novo património cultural e a nova museologia são, desta forma, concretizações do paradigma neo-moderno. Apostam na explicitação e fundamentação de leituras múltiplas acerca de determinadas vertentes da realidade, com realce para a complexidade, o sincretismo e o carácter evolutivo dos fenómenos das identidades (locais, regionais, nacionais, continentais e mundial; organizacionais; sexuais e etárias,

socioeconómicas e socioculturais, político-ideológicas e étnico-religiosas). A classificação de vestígios — edifícios, estruturas, objectos, memórias e actividades — como património cultural passa a ser encarada como conjunto de escolhas a partir de diversas alternativas possíveis. Afirma-se a natureza alienante e não operatória das tentativas de hierarquizar permanentemente a capacidade de indivíduos e grupos, povos e Nações, Estados e Confederações ou Federações de Estados tendo em conta os respectivos graus conjunturais de acesso à e de produção de cultura erudita.

Defende-se, a partir de então, que, tanto quanto possível, os monumentos e os museus devem ser dinamizados com base em projectos de investigação científica e em exposições ou outras actividades temporárias, na adopção de discursos expositivos complexos e deliberados, no delinear de estratégias de relações públicas voltadas para a divulgação externa e para o acompanhamento de públicos. Prevê-se, igualmente, o aumento radical do universo potencial do património cultural (imaterial e material; imóvel, integrado e móvel); a complementaridade entre o rastreio e o estudo, a inventariação e a classificação, a preservação ou a destruição, a patrimonialização ou a reutilização, a rentabilização de memórias e actividades, objectos e estruturas, edifícios e “zonas históricas”; a diversificação da tipologia de entidades e de valências museológicas existentes.

Surgida na segunda metade dos anos sessenta do século XX, a crítica radical ao paradigma moderno — a consolidação do paradigma pós-moderno — resulta na desconstrução das noções de objectividade, neutralidade social, permanência e superioridade do conhecimento científico e tecnológico. Salientam-se, igualmente, as sequelas dramáticas decorrentes da legitimação cientista de determinadas escolhas tecnológicas e opções ideológicas; os fracassos das promessas de superação de grande parte dos problemas que afectam as sociedades humanas e de efectivação do estágio de plenitude da evolução da humanidade (o “fim da história”). Apenas análises e propostas de intervenção empiristas, de escala micro e baseadas em modelos matemáticos poderiam reivindicar algum nível de cientificidade, ficando todos os outros registos com o estatuto equiparado de narrativas ficcionais acerca da ou a pretexto da realidade.

Porque são decorrências do paradigma pós-moderno, o património cultural pós-moderno e a museologia pós-moderna denunciam a natureza manipuladora e alienante de todas as políticas de património cultural; contestam a operatividade dos conceitos de

identidade cultural nacional, cultura erudita, superioridade ou inferioridade culturais; pugnam por uma gestão “radicalmente multiculturalista” da intrínseca multiculturalidade das sociedades humanas. Em termos museológicos, defende-se a existência de “museus educativos” e de “museus galeria”. Os primeiros dedicam-se à explicitação, comunicacionalmente eficaz — recorrendo a todas as novas técnicas museográficas —, das certezas emanadas da produção científica (porque empirista e matematizada); os segundos, à divulgação de produção estética que seja capaz de atrair público. Em ambos os casos, estratégias de publicitação operatórias rentabilizam as potencialidades, tanto de edifícios-sede de grande espectacularidade, como de valências complementares associadas às indústrias culturais (cafetarias e lojas, jardins ou parques, acolhimento diferenciado de públicos e interfaces com outras actividades lúdicas, etc.).

Historiografia e outras ciências sociais, património cultural e museologia⁵

Ainda antes das profundas transformações que acabaram por resultar do conflito de 1939-1945, no âmbito da historiografia (história, arqueologia e história da arte) e da antropologia, da sociologia e da economia, da geografia e da linguística assistiu-se à afirmação de novas concepções deontológicas e epistemológicas, teóricas e metodológicas, algumas das quais antecessoras do paradigma neo-moderno. Focalizando a atenção na história, observa-se que o idealismo crítico e o marxismo crítico, a história institucional e política clássica e a história económica e social clássica, a história nova e a história estruturalista questionaram, mais ou menos, vários dos pressupostos da história metódica e do historicismo romântico, do positivismo e do marxismo, do irracionalismo providencialista e do historicismo neo-metódico.

Entre os anos 1930 e os nossos dias — com o contributo, também, da nova história económica e da historiografia neo-narrativista, de cariz pós-moderno — ocorreu uma diversificação das temáticas abordadas e da documentação utilizada, dos níveis de cooperação interdisciplinar e da disponibilidade para criar espaços de diálogo com outros saberes (o senso comum e a ideologia, a estética e a teologia), da capacidade de gerar conhecimento tecnológico — na didáctica da História e na divulgação historiográfica, na animação cultural e na produção de conteúdos multimédia, no

⁵ Cfr., nomeadamente, G. Bourdieu (1990); F. Catroga (2001); *Fazer história* [...] (1977-1987); M. Ferro (1985); F. Jameson (1991); A.S. Nunes (1970); J.P.A. Nunes (1995; 2009; 2013a; 2015b; 2016); A. Seldon, 1988; P. Thompson (1988); L.R. Torgal (1996); E. Traverso (2012); G. Vattimo (1987).

património cultural e na museologia, no turismo e no lazer culturais, na cultura organizacional e no *marketing*/na publicidade, na gestão urbanística e no planeamento do território — e de concretizar debates de natureza meta-discursiva (deontológicos, epistemológicos e teóricos). Quase sempre, cada proposta de alteração começou por surgir como ideário (auto e hetero) segregado e militante, acabando por conquistar a sua aceitação e por evoluir no sentido de um menor sectarismo.

Pelo menos nos Estados com sistemas políticos de cariz democrático, é hoje possível — e considerado necessário —, para a generalidade dos investigadores e dos públicos com acesso à cultura erudita, que a história aborde um leque tão amplo quanto possível de problemáticas, organizadas tendo em conta o curto, o médio e o longo prazos; os âmbitos *micro*, *meso* e *macro*; as transformações e as permanências; as escalas local/regional, nacional e internacional/global; observações monográficas ou comparativas, mono-disciplinares ou interdisciplinares. Assumem-se, ainda, cada vez mais, as vantagens de a evolução historiográfica se basear em normas deontológicas e epistemológicas, em conceitos teóricos e em metodologias, em esforços de reconstituição e de análise continuamente debatidos e aferidos no interior da comunidade dos historiadores e com a sociedade envolvente.

Complementarmente às temáticas dominantes até à década de 1960 (ideologias e instituições políticas, relações diplomáticas e conflitos militares, estruturas sociais e actividade económica, elites e cultura erudita, etc.), têm vindo a afirmar-se problemáticas antes negligenciadas ou mesmo ignoradas, muitas das quais com grandes potencialidades em termos de dinamização de intervenções no âmbito do património cultural e da museologia: mundividências e comportamentos informais, cultura material e tecnologias, concepções e práticas heterodoxas (dissidências políticas, heresias religiosas, vanguardas estéticas, contrabando, criminalidade), mulheres e pobres, classes trabalhadoras e classes médias, escravos e minorias (nacionais, religiosas, étnicas, sexuais), características e lógicas de funcionamento das instituições e das organizações, historiografia e memória histórica, etc.

De forma a poder identificar e delimitar, reconstituir e analisar estes antigos e novos objectos de estudo, os actores históricos e as vertentes da realidade social global considerados e esquecidos, os historiadores passaram a recorrer a um amplo leque de tipos de documentação. Quase sempre, os espólios documentais podem, também,

assumir a vertente de núcleos de património cultural. Refiro, nomeadamente, a documentação oral e a documentação escrita (de arquivo e impressa, narrativa e serial), a documentação audio-visual e a documentação digital, a documentação gráfica e a documentação material. Deixou, ainda, de fazer sentido classificar documentos ou património enquanto “autênticos” ou “falsos”, enquanto “subjectivos” ou “neutros”. Um vestígio resulta sempre do funcionamento de uma sociedade humana e o objectivo é o de encontrar, quer os conceitos, quer as metodologias mais adequados para descobrir a origem do mesmo e para o utilizar como via de acesso a ou como ilustração de uma determinada realidade.

Verificada a ampliação quantitativa das possibilidades de correlacionamento entre a história, o património cultural e a museologia, justifica-se considerar, igualmente, as sequelas das referidas mudanças nos vectores qualitativos de interface de uma ciência com duas tecnologias derivadas. Elenco, em primeiro lugar, a substituição, no que ao conhecimento científico e ao saber tecnológico diz respeito, das categorias epistemológicas nucleares de “objectividade”, de “validade absoluta e definitiva”, de “aplicação vinculativa”, pelas noções de “objectivação”, de “validade relativa e temporária”, de “utilização condicional”.

Em historiografia (ciência) pode, pois, assumir-se hoje que os equilíbrios mais operatórios na inevitável relação entre postura científica e ideologia não estão definidos à partida. Por maioria de razão, em património cultural e em museologia (tecnologias), as concretizações mais eficazes e justas de propósitos cívicos de transformação da realidade com o apoio de conhecimento científico também não estão definidos à partida. Devem, assim, os referidos “melhores equilíbrios possíveis” ser consciente e sistematicamente procurados através de debate teórico entre investigadores e de diálogo com perspectivas divergentes expressas no âmbito de outras modalidades de intervenção cultural, da concretização de projectos de investigação empírica e da avaliação dos resultados obtidos através da aplicação de cada solução tecnológica.

Defendo que as perspectivas e as metodologias associadas ao novo património cultural e à nova museologia correspondem, no essencial, aos fundamentos epistemológicos da história nova, pressupondo, quer confrontação teórica e pluralidade de abordagens, quer recurso à investigação científica em múltiplos componentes de ambas as tecnologias. Lembro, a este propósito, a preferência por uma programação que

valorize o pluralismo de temáticas e de leituras acerca das mesmas, por exposições temporárias baseadas em investigação científica, por discursos expositivos complexos e problematizantes, por modalidades de acompanhamento de públicos que promovam a democratização do acesso a abordagens geradas pela cultura erudita.

Refiro, num segundo patamar, a constatação da importância cognitiva e social das regras deontológicas estabelecidas para a historiografia e para as outras ciências — sociais e da natureza —, bem como da relevância acrescida de estender a aplicação das mesmas às tecnologias associadas. Se as ciências (neste caso a historiografia) devem, sobretudo, gerar conhecimento tanto quanto possível objectivante e pertinente sobre a realidade, talvez também as tecnologias tenham vantagem em assumir aqueles pressupostos como vectores orientadores da sua prática, nomeadamente quando visam contribuir para o aumento da qualidade de vida das pessoas, para o desenvolvimento integrado e sustentável, para o aprofundamento da democracia.

Enquanto tecnologias, o património cultural e a museologia exigem, assim, que os respectivos protagonistas — governantes ou proprietários e gestores, técnicos de património cultural e de museologia, reguladores públicos e agentes económicos privados dos sectores do lazer e do turismo, investigadores e professores ou formadores, jornalistas e animadores culturais, etc. — reconheçam a centralidade deste dilema e organizem a sua intervenção de acordo com as escolhas feitas. Se as actividades concretizadas em torno dos monumentos e dos museus visam, antes de mais, divulgar e problematizar informação e análises objectivantes acerca das sociedades humanas, esse propósito deve condicionar todas as etapas e valências envolvidas, desde a gestão e a planificação até à divulgação e ao acolhimento de públicos, passando, entre outras, pela programação e pela investigação, pelas técnicas museográficas e pela reabilitação/conservação.

Novo património cultural, nova museologia e lazer/turismo⁶

Tal como em muitos outros sectores de actividade, também no âmbito do turismo e do lazer (vocábulos que remetem para vertentes da realidade social global e,

⁶ Cfr., entre outros, J. Alfrey (1992); L. Alonso Fernandez (1995); J.-Y. Andrieux (1992); C.O. Cluzeau (1998); C. Fortuna (2002); C. Fortuna (2013); *Geo* [...] (1998); A. Gob (2003); X. Greffe (1990); D. Miller (1987); *Novos consumos, novos produtos turísticos* [...] (2005); J.P.A. Nunes (1994; 1999; 2003/2004; 2004; 2010; 2013b; 2015a; 2016); R. Prentice (1995); M.L.L. Santos (1998); P. Vego, (1989); K. Walsh (1992).

ao mesmo tempo, para tecnologias de base científica), é possível encontrar virtualidades e limitações nas diversas formas de encarar, tanto a investigação em historiografia e noutras ciências sociais — a história metódica e o historicismo romântico, o positivismo e o marxismo, o irracionalismo providencialista e o historicismo neo-metódico, o idealismo crítico e o marxismo crítico, a história institucional e política clássica e a história económica e social clássica, a história nova e a história estruturalista, a nova história económica e a historiografia neo-narrativista —, como a investigação e a intervenção tecnológica em património cultural e em museologia (o património cultural e a museologia tradicionais, o novo património cultural e a nova museologia, o património cultural e a museologia pós-modernos). Provavelmente, a melhor estratégia passa pela promoção do acesso contextualizado e problematizante à generalidade dos discursos historiográficos; dos “centros históricos”, monumentos, museus e núcleos de vestígios ainda não patrimonializados.

Se observarmos a partir da perspectiva do turismo e do lazer — por um lado em termos de rentabilidade e de sustentabilidade económicas; por outro, nos planos cívico e ético —, fará todo o sentido aproveitar, tanto quanto possível, a multiplicidade de oportunidades disponíveis, decorrentes da totalidade de leituras sobre “o passado”; dos “centros históricos” e monumentos, museus e conjuntos de vestígios (edifícios e estruturas, objectos e memórias ou actividades) potencialmente patrimonializáveis. Uma tal diversidade facilita a disponibilização de ofertas alternativas, adequadas aos vários públicos (agrupáveis tendo em conta critérios de ordem socioeconómica e sociocultural, étnico-religiosa e nacional, etária e de género), bem como aos respectivos contextos (lazer ou turismo com permanências curtas, médias ou longas).

Quando se procura analisar a problemática da “rentabilidade económica” do turismo e do lazer, convirá lembrar a centralidade e a adequação metodológica, por exemplo, dos conceitos de culturas populares, cultura erudita e cultura de massas, ou seja, das características dos universos culturais nos quais vivem os potenciais destinatários das ofertas de turismo e de lazer culturais. Trata-se de antecipar que pessoas podem interessar-se por que tipos de reconstituições e interpretações “do passado”; por que “centros históricos” e monumentos, museus e vestígios a patrimonializar eventualmente. Trata-se de decidir que modalidades de mediação —

divulgação e preparação, narração e acompanhamento — devem ser adoptados para ampliar e consolidar a(s) procura(s).

Ao colocarmos a questão da “eficácia social” do turismo e do lazer, torna-se necessário considerar, nomeadamente, as noções de valor acrescentado, de consequências directas e indirectas, de curto e médio/longo prazos, isto é, da forma como o turismo e o lazer culturais contribuem para, são irrelevantes ou bloqueiam mesmo o desenvolvimento integrado e sustentável. Está-se perante variáveis como o número de consumidores e a duração da estadia, o tipo e o preço dos serviços e dos bens adquiridos, o perfil e o custo dos serviços e dos bens oferecidos ou vendidos por entidades ligadas ao turismo/lazer e ao património cultural/à museologia ou a actividades complementares. Está-se face à urgência de avaliar que quantitativos de consumidores beneficiam ou prejudicam a reprodução aperfeiçoada dos sectores em causa e das comunidades envolventes; se e de que forma as referidas actividades podem ser potenciadoras do crescimento de outras actividades.

Caso reconheçamos que as sociedades — as comunidades humanas em geral e, em particular, aquelas organizadas em regimes democráticos — não se limitam a funcionar como espaços de alienação e dominação ou enquanto “mercados amorais”, é igualmente indispensável abordar a temática das opções cívicas e dos pressupostos éticos que devem condicionar a historiografia e a memória histórica, o património cultural e a museologia, o turismo e o lazer culturais. A título meramente exploratório, referem-se o grau de problematização que se aceita concretizar e generalizar face às narrativas predominantes sobre identidade cultural e memória histórica, a escala de democratização do acesso à cultura erudita que se pretende promover, o nível de disseminação de oportunidades económicas e de redistribuição de riqueza que se visa alcançar.

Os problemas de viabilidade de uma estratégia de intensificação do correlacionamento entre historiografia, património cultural/museologia e turismo/lazer estarão, no entanto, mais na insuficiência de formação interdisciplinar dos técnicos superiores, de investigação tecnológica e de transferência de saberes, de atribuição de prioridade por parte de governantes e de proprietários/gestores do que numa inexistente incompatibilidade entre esses três subuniversos. Urge, assim, superar os afastamentos e as lacunas identificados em nome do crescimento económico e da elevação da qualidade

de vida, da valorização social da historiografia e das tecnologias dela derivadas, da promoção do desenvolvimento integrado/sustentável e do aprofundamento da democracia.

No que concerne à historiografia, espera-se mais disponibilidade para a investigação aplicada e para a colaboração em modalidades de formação inicial e contínua, bem como maior rigor na estruturação de discursos ao mesmo tempo adequados a cada público/situação e contextualizadores/problematizantes. Por parte do património cultural e da museologia, deseja-se uma acrescida vontade de utilizar os recursos da historiografia e de atender às necessidades do turismo/lazer, ao mesmo tempo que uma intensificação das cautelas metodológicas que permitam atenuar os riscos da uniformização ou do nivelamento pelas bitolas da cultura de massas e do sucesso imediato.

Em termos de agentes económicos do turismo e do lazer, deseja-se mais empenhamento na aquisição de serviços e na contratação de técnicos com formação em historiografia e em património cultural/museologia para qualificar e diversificar a oferta do sector, assim como maior envolvimento na definição e na concretização/avaliação de actividades de investigação e ensino superior, de património cultural e museologia. Da parte dos eleitos — a nível da UE e nacional, regional e local — e dos dirigentes da Administração Pública, deseja-se que defendam e bonifiquem a cooperação entre historiografia, património cultural/museologia e turismo/lazer; que adoptem lógicas transversais e integradas de governação do património cultural e da museologia; que regulem interesses e práticas parcialmente contraditórios.

Procurando, somente, apresentar e comentar exemplos avulso de (potencial ou efectiva) cooperação eficaz entre historiografia, património cultural/museologia e turismo/lazer, começamos por referir algumas problemáticas, metodologias e tipologias menos frequentemente considerados e rentabilizados em Portugal. Veja-se, em primeiro lugar, o caso dos vestígios da cultura material contemporânea, por norma designados como património industrial. Estamos face a edifícios e estruturas, objectos e memórias ou actividades existentes em grande quantidade; que são significativos para a quase totalidade dos indivíduos; que muitas vezes assumem características de grande espectacularidade e que podem integrar projectos de patrimonialização integral ou de reutilização.

Lembram-se, também, os “centros históricos” da maioria das localidades portuguesas, tendencialmente afectados por processos de especulação e terciarização ou abandono e degradação, de descaracterização e desertificação — parcelar ou total —, de crescimento da marginalidade e da violência. Está-se perante um indiscutível desperdício de recursos e de oportunidades para os residentes, para as entidades nelas sediadas, para efectivos e potenciais visitantes. Implica delapidação de património cultural e de vestígios patrimonializáveis; perda de memória e, em consequência, de capacidade de decidir de forma operatória por parte de indivíduos, de organizações e da colectividade; aumento de custos de funcionamento da realidade social global.

Cita-se, ainda, o modo precário como entre nós se lida com o universo da cultura organizacional. Habitualmente, as entidades em causa mantêm uma abordagem informal ou escolhem estratégias de cariz apenas superficial e voltado para um futuro artificial. No essencial, instituições públicas e organizações da sociedade civil optam por desconhecer ou por esconder o respectivo passado, não recorrendo à reconstituição, interpretação e fruição do mesmo para se aperfeiçoarem e consolidarem internamente, para melhorarem a sua imagem externa (junto do poder político e da comunicação social, de entidades parceiras e rivais, dos seus públicos e da população em geral).

Observe-se, igualmente, a escassa utilização em Portugal de valências e de tipologias museológicas mais adaptadas ao intensificar da ligação entre historiografia e património cultural/museologia, à captação e consolidação de públicos, ao aumento da duração dos processos de fruição (em contextos de aprendizagem informal, de lazer ou de turismo). Invocamos, a este propósito, entre outros, as exposições temporárias desencadeadas a partir de projectos de investigação científica; a ampliação, reorganização e dinamização — defensiva embora — das Reservas dos museus; a centralidade das entidades capacitadas para tarefas de conservação e de reabilitação; a relevância dos *ateliers* de tecnologias museográficas quando se pretende gerar discursos expositivos operatórios; os Serviços de Relações Públicas, vinculados tanto à divulgação sistemática das funcionalidades e das actividades de monumentos e de museus, como ao acolhimento especializado de cada público; os Museus de Sítio e os Museus Policentrados com Centro de Interpretação, fomentadores do deambular pelo território e da observação de cada vestígio patrimonializado no seu contexto; os Ecomuseus (especializados na caracterização e análise da interacção entre uma

comunidade humana e um território particularmente marcante) e os Parques Museológicos (misto de Parque Natural e de “zona histórica” ou de museu).

Enumeram-se, a terminar, situações em que já foram estruturadas soluções derivadas da historiografia, do património cultural/museologia e do turismo/lazer, mas nas quais as insuficientes coerência e persistência, quantidade e qualidade dos meios adoptados limitam a dimensão e a solidez dos resultados obtidos. Chama-se, nesta vertente, a atenção para os diminutos peso e centralidade da historiografia, do património cultural/da museologia e do lazer/turismo nas estratégias de instituições e de organizações tão importantes como os Ministérios e as Câmaras Municipais, os hospitais públicos e o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, as escolas e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos, os partidos políticos e as associações empresariais/os sindicatos, a Igreja/”acção católica” e as Santas Casas da Misericórdia, o Grupo EDP e o Grupo CP, as concessões mineiras activas e abandonadas, o Museu de Arte Popular e a Fundação Bissaya Barreto, etc.

Conclusão

Procurei referir e caracterizar as implicações das transformações ocorridas, nos âmbitos da historiografia e de outras ciências sociais, do património cultural e da museologia, desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias (em Portugal desde o fim da ditadura, com o Golpe Militar/Revolução de 25 de Abril de 1974). Salientei as oportunidades que as referidas mudanças trazem para quem, a partir da iniciativa privada ou da regulação pública, intervém nos subuniversos do turismo e do lazer. Coloquei a hipótese de, nestes sectores de actividade económica, ser ainda limitada entre nós a capacidade de interacção, por um lado, com as tecnologias do património e da museologia; por outro, com a historiografia e outras ciências sociais.

Tentei, sumariamente embora, enunciar e descrever as consequências das mudanças verificadas, na historiografia — história, arqueologia e história da arte —, a partir do final da década de 1920 (entre nós, face às opções do Estado Novo, depois dos anos sessenta). Chamei a atenção para as amplas possibilidades de renovação que as citadas transformações viabilizam nos âmbitos, quer do património cultural e da museologia, quer do turismo e do lazer culturais. Referi que talvez os especialistas em

historiografia e noutras ciências sociais continuam a negligenciar as possibilidades decorrentes da investigação aplicada — exigente e rigorosa — ao serviço daqueles saberes tecnológicos.

Quis argumentar em defesa da tese segundo a qual a historiografia, o património cultural e a museologia actuais permitem ao turismo e ao lazer conceber e proporcionar, a públicos díspares, com durações diferentes, experiências alternativas, desde as mais padronizadas e superficiais até às mais diferenciadas e totalizantes. Uma tal flexibilidade é viável desde que se rentabilizem a capacidade de contextualização e de problematização instalada; a pluralidade de temáticas e de abordagens hoje aceites como válidas; a multiplicidade de soluções de divulgação de actividades, de comunicação de conteúdos e de acompanhamento de utentes.

Faltará, pois, tomar consciência das possibilidades existentes e dos bloqueios que têm dificultado o aproveitamento das mesmas com os propósitos de promover disseminação do conhecimento sobre história e teoria das ciências e das tecnologias, aumento da utilidade social dos saberes gerados pela historiografia e por outras ciências sociais, qualificação da actividade profissional em património cultural/museologia e em turismo/lazer, crescimento económico e melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento integrado/sustentável e aprofundamento da democracia.

Bibliografia

- ALEXANDER, Edward P.. *Museums in motion. An introduction to the history and functions of museums*. Nashville: American Association for State State and Local History, 1993, 8ª edição.
- ALFREY, Judith; PUTMAN, Tim. *The industrial heritage. Managing resources and uses*. Londres: Routledge, 1992.
- ALONSO FERNANDEZ, Luis. *Museología. Introducción a la teoría y práctica del museo*. Madrid: Ediciones Istmo, 1995, 2ª edição.
- ANDRIEUX, Jean-Yves. *Le patrimoine industrie*. Paris: PUF, 1992.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas* (trad. do francês). Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990.
- BRITO, José Maria Brandão de e outros (coord.). *Engenho e obra. Uma abordagem à história da engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CLUZEAU, Claude Origet. *Le tourisme culturel*. Paris: PUF, 1998.
- Fazer história* (trad. do francês), 3 volumes, Amadora, Livraria Bertrand, 1977-1987.
- FERRO, Marc. *L'histoire sous surveillance. Science et conscience de l'histoire*. Paris : Calman-Lévy, 1985.
- FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (org.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (org.). *Diálogos urbanos: territórios, culturas, patrimónios*. Coimbra: Edições Almedina, 2013.
- Geo*, Número especial 2/1998 ("Bilbao en vanguardia. El impacto Guggenheim").
- GOB, André; DROUGUET, Noémie. *La muséologie. Histoire, développements, enjeux actuels*. Paris: Armand Colin Éditeur, 2003.
- GREFFE, Xavier. *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*. Paris: Economica, 1990.
- GUILLAUME, Marc, *A política do património* (trad. do francês). Porto: Campo das Letras, 2003.

JAMESON, Frederic. *Posmodernism or the cultural logic of late capitalism*. Durham: Duke University Press, 1991.

MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

Novos consumos, novos produtos turísticos. Actas, Lisboa: ITP, 2005.

NUNES, Adérito Sedas. Questões preliminares sobre as ciências sociais, *Análise Social*, vol. VIII, nº 30/31, 1970, p. 201-298.

NUNES, João Paulo Avelãs. Inventores, registos de patentes e de marcas e arqueologia industrial. Um exemplo concreto, *Revista Portuguesa de História*, t. XXIX, 1994, p. 181-212.

_____. *A história económica e social na FLUC (1911-1974). O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, IIE, 1995.

_____. Arqueologia industrial, património cultural, nova história regional e local, *Vértice*, II Série, nº 73, Julho/Agosto de 1996, p. 103-110.

_____. Arqueologia industrial e museologia da mineração do volfrâmio. Uma abordagem introdutória, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 8, 1999, p. 233-256.

_____. Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. II, 2003/2004, p. 159-176.

_____; ALVES, Helena, Minas e georecursos. In: BRITO, José Maria Brandão de e outros (dir.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004, vol. 2, p. 471-519.

_____. Deontologia, desempenho profissional e utilidade social, *O Ensino da História*, III Série, nº 32, Julho de 2006, p. 21-23.

_____. A “boa propaganda”, a “má propaganda” e o ensino da História, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, p. 165-182.

_____. Celorico da Beira e a história contemporânea de Portugal, *Celorico da Beira através da história*. In: CARVALHO, Pedro e MARQUES, António Carlos (org.). *Celorico da Beira*: CMCB, 2009, p. 111-124.

_____. *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*. Coimbra: IUC, 2010.

_____. O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais”. In: NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*. Coimbra, IUC: 2013a, p. 53-79.

_____. A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia. In: PIMENTEL, Irene Flunser e REZOLA, Maria Inácia (coord.). *Democracia, ditadura: memória e justiça política*. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2013b, p. 363-384.

_____. Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia. In: PEDRAS, Rita Fernanda Pinto, (coord.). *I Jornadas de museologia nas Misericórdias*. Penafiel: SCMP, 2015a, p. 65-83.

_____. Investigação historiográfica e ensino da História. Reflexões em didáctica da História a propósito das Metas Curriculares, *Revista Portuguesa de História*, t. 46, 2015b, p. 487-507.

_____. Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil. In: TEIXEIRA, Sidélia S. (org.). *Patrimônio e museus na contemporaneidade*. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 27-52.

PRENTICE, Richard. *Tourism and heritage attractions*. Londres: Routledge, 1995, 3ª edição.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.). *Iniciação à museologia*. Lisboa: UA, 1993.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos e outros. Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas), *Análise Social*, nº 101/102, 1988, p. 689-702.

SANTOS, Maria de Lourdes C. Lima dos e outros. *As políticas culturais em Portugal*. Lisboa: OAC, 1998.

SELDON, Anthony. *Contemporary history. Practice and method*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past. Oral history*. Oxford: OUP, 1988, 2ª edição.

TORGAL, Luís Reis. *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar* (trad. do francês). Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VATTIMO, Gianni *O fim da modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

VEGO, Peter (dir.). *The new museology*. Londres: Reaktion Books, 1989.

WALSH, Kevin. *The representation of the past. Museums and heritage in the post-modern world*. Londres: Routledge, 1992.